

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**
(em fase pré-operacional)

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Usina de Energia Fotovoltáica Lar do Sol I S.A.
Pirapora – MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Fotovoltáica Lar do Sol I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Fotovoltáica Lar do Sol I S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.

Balancos patrimoniais

Exercício findo 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	11	36	Fornecedores	10	239	71
Impostos a recuperar		6		Obrigações sociais e trabalhistas		1	-
Adiantamento a fornecedores	8	1.054	-	Obrigações fiscais		1	-
Total do ativo circulante		1.071	36	Outras contas a pagar	10	7	16
Imobilizado em andamento	9	5.694	-	Total do passivo circulante		248	87
Total do ativo não circulante		5.694	-	Patrimônio líquido	11		
				Capital social		8.735	2.078
				Prejuízos acumulados		(2.218)	(2.129)
				Total do patrimônio líquido		6.517	(51)
Total do ativo		6.765	36	Total do passivo e patrimônio líquido		6.765	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	<u>(89)</u>	<u>(991)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos		<u>(89)</u>	<u>(991)</u>
Receitas financeiras	13	1	-
Despesas financeiras	13	<u>(1)</u>	<u>(721)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>-</u>	<u>(721)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(89)</u>	<u>(1.712)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	<u>(89)</u>	<u>(1.712)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(89)</u>	<u>(1.712)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10	(10)	(417)	(417)
Subscrição de capital	2.924	(2.924)	-	-
Integralização de capital	-	2.078	-	2.078
Prejuízo do exercício	-	-	(1.712)	(1.712)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.934	(856)	(2.129)	(51)
Subscrição de capital	203.905	(203.905)	-	-
Integralização de capital	-	6.657	-	6.657
Prejuízo do exercício	-	-	(89)	(89)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	206.839	(198.104)	(2.218)	6.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercício findo 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(89)</u>	<u>1.712</u>
Redução nos ativos operacionais:			
Adiantamento a fornecedores		(1.054)	-
Impostos a recuperar		(6)	-
Outras contas a receber		-	800
Aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(71)	1.687
Obrigações fiscais		1	-
Outras contas a pagar		<u>(9)</u>	<u>(949)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais		<u>(1.228)</u>	<u>3.250</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição ao ativo imobilizado		<u>(5.076)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		<u>(5.076)</u>	<u>-</u>
Integralização de capital		<u>6.279</u>	<u>-</u>
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>6.279</u>	<u>-</u>
Redução líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(25)</u>	<u>(174)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	36	210
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	<u>11</u>	<u>36</u>
		<u>(25)</u>	<u>(174)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A. “Companhia” é uma usina de energia, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Sua controladora direta é a Atlas Lar do Sol Holding Ltda.

A Companhia foi constituída em 27 de agosto de 2018, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob os CEGs nº UFV.RS.MG.037832-1 e UFV.RS.MG.037833-0. Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com expectativa de entrar em operação no primeiro semestre de 2023.

A Companhia recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 99 MW por 35 anos, que compreende ao período de 09 de abril de 2019 a 08 de março de 2054 . Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

A Companhia terá sua operação dedicada ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre, na modalidade de autoprodução, tendo início de suprimento em 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2042.

Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com expectativa de entrar em operação no primeiro semestre de 2023.

1.1 Efeitos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprova em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas; quarentena, restrição de atividades; realização de exames médicos e vacinação; restrição de entrada e saída no país entre outras.

Em virtude dos efeitos causados pela pandemia e com intuito de garantir a saúde de seus colaboradores, a Administração instituiu uma equipe de técnica de saúde na planta em construção, composta por um médico e duas enfermeiras para acompanhamento periódico das equipes em campo.

A Administração instituiu alguns procedimentos para entrada e permanência na planta, atendendo aos requerimentos básicos de saúde instiuido pela ONS. Sendo assim a Administração mantém a obrigatoriedade do uso de máscaras, álcool em gel, distanciamento social, medição periódica da temperatura, testes de COVID periódicos para entrada na planta, desinfecção periódica dos ambientes

da planta, além do acompanhamento diário da vacinação da equipe e promoção de campanhas de alertas e informativos a respeito dos cuidados com a COVID-19 para equipe e população na região do entorno da planta.

A Companhia não aderiu ao longo deste período nenhuma suspensão temporária de cunho trabalhista, tributário ou financeiro junto a seus credores.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e conclui que não são detectados riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido positivo em 2021, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 823 (negativo de R\$ 51 em 31 de dezembro de 2020). O capital circulante negativo em 2020 deve-se, principalmente, a fase pré-operacional com previsão de entrada em operação em 2023.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultados no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 9: Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2021.

Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 16: Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A Companhia não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Companhia corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o

desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são

julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, aos quais a Companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos à vista	11	36
Total de Caixa e equivalente de caixa	<u>11</u>	<u>36</u>

Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

8 Adiantamento a fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Seguros (a)	1.054	-
Total de adiantamentos a fornecedores	<u>1.054</u>	<u>-</u>

(a) Referem-se a despesas com seguros pagas antecipadamente.

9 Imobilizado

Conciliação do valor contábil:

Custo de aquisição:	Tranferência por reorganização societária (i)			31/12/2021
	31/12/2020	Adições (ii)		
Adiantamento a fornecedores	-	379	3.077	3.456
Imobilizado em andamento	-	-	2.238	2.238
Total do custo	<u>-</u>	<u>379</u>	<u>5.315</u>	<u>5.694</u>

(i) Em 28 de fevereiro de 2021, a então controladora Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., realizou a transferência do controle da Companhia para Lar do Sol Holding Ltda, como parte da reorganização societária, foi realizada a transferência de ativo imobilizado, detidos pela controladora para as controladas, sem efeito caixa, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

(ii) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.a, a Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2021 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela Companhia.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2021 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

10 Fornecedores e outras conta a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contratação de serviços (a)	239	-
Fornecedor partes relacionadas (b)	<u>-</u>	<u>71</u>
Total de fornecedores	<u>239</u>	<u>71</u>
Outras provisões com serviços (c)	<u>7</u>	<u>16</u>
Total de outras contas a pagar	<u>7</u>	<u>16</u>
Total de fornecedores e outras contas a pagar	<u>246</u>	<u>87</u>

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se basicamente à serviços a faturar de R\$7 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2020).

11 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 206.839 (R\$ 2.934 em 31 de dezembro de 2020) representado por 1.001.981.450 ações, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas pela controladora Lar do Sol Holding Ltda., detentora de 100% das ações da Companhia. O total de capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.735 (R\$ 2.078 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o exercício de 2021 a Companhia subscreveu capital social no montante de R\$ 203.905 (R\$ 2.924 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme alteração contratual ocorrida em 28 de fevereiro de 2021 a Companhia passou por processo de reorganização societária e sua antiga Controladora Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., realizou a transferência do controle para a Lar do Sol Holding Ltda., que passou a deter 100% das ações da Companhia. Mediante esta operação, a controladora transferiu mediante integralização de capital em R\$ 379, conforme nota explicativa nº 9 e 18.

Conforme alterações contratuais ocorridas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 6.657, mediante quitação do saldo de

partes relacionadas gerados e liquidados em 2021 com a controladora Lar do Sol Holding Ltda. Em 31 de dezembro de 2020 foi aportado R\$ 2.078 mediante quitação do saldo de partes relacionadas gerados e liquidados em 2020 pela sócia à época Altas Brasil Energia Holding 2 S.A.

b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou o prejuízo de R\$ 89 (R\$ 1.712 em 31 de dezembro de 2020). Mediante a isso, não foram reconhecidos valores referentes a reserva legal.

c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em função do prejuízo mencionado na nota explicativa nº 11 b., não houve reconhecimento da referida reserva.

d) Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício. Em função do prejuízo mencionado na nota explicativa nº 11 b., não houve reconhecimento da referida reserva.

12 Despesas gerais administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(80)	(17)
Assessoria e advogados	(1)	(98)
Serviços tomados	(3)	(547)
Viagens e representações	-	(1)
Taxas diversas (a)	-	(268)
Despesas e provisões diversas	(1)	(60)
Impostos e taxas	(4)	-
Total	<u>(89)</u>	<u>(991)</u>

(a) Refere-se a despesas de taxas e licenças para viabilização da construção do parque fotovoltaico.

13 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>1</u>	<u>-</u>

	2021	2020
Despesas financeira		
Despesas bancárias	(1)	(38)
Juros outras contas a pagar	-	(29)
Variação cambial líquida (a)	-	(654)
Total	(1)	(721)
Resultado financeiro, líquido	-	(721)

(a) Refere-se a variação cambial de fornecedores já liquidados.

14 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não reconheceu despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido por não haver base tributável para tal.

15 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Lar do Sol Holding Ltda e o controlador final é a sociedade Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo no exercício de 31 de dezembro de 2021, foi realizada pela Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A E Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.

Operações com partes relacionadas

	2021	2020
Contas a pagar		
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	16
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A	-	55
	-	71
Resultado		
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	16
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A	-	55
	-	71

Ao longo de 2020, a Companhia dispôs de serviços compartilhados com as demais Companhias sob controle comum, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota explicativa	2021		2020	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	11	-	36
Total		-	11	-	36
Passivos					
Fornecedores	10	-	239	-	71
Outras contas a pagar	10	-	7	-	16
Total		-	246	-	87

	Nível hierárquico do valor justo	2021 - Valor contábil e valor justo		2020 - Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	11	11	36	36
Total		11	11	36	36
Passivos					
Fornecedores	10	239	239	71	71
Outras contas a pagar	10	7	7	16	16
Total		246	246	87	87

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	11	36
Total transações no resultado	11	36

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro

ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2021

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	239	239	239	-	-	-
Outras contas a pagar	7	7	7	-	-	-
	<u>246</u>	<u>246</u>	<u>246</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

31 de dezembro de 2020

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	71	71	71	-	-	-
Outras contas a pagar	16	16	16	-	-	-
	<u>77</u>	<u>77</u>	<u>77</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

A Companhia realizou operações usuais de compras no decurso de suas operações, porém em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

17 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável e possível.

18 Informações complementares ao fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Integralização de capital social	11	379	2.078
Transferência de ativo imobilizado	9	(379)	-
Fornecedores	10	239	-
Aquisição ao ativo imobilizado	9	(239)	-
Fornecedores partes relacionadas	10 e 15	-	(2.078)
Efeito líquido no fluxo de caixa		-	-

* * *